

Clube de Paris discute hoje o Brasil

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

solução de compromisso em relação à questão política mais difícil das negociações do Brasil com o Clube de Paris: o papel do Fundo Monetário Internacional no monitoramento (como dizem os credores) ou no acompanhamento (como prefere Brasília) da economia do País. "A pressão interna para que o Brasil endureça na negociação é óbvia. Os bancos, especialmente os americanos e os ingleses, estão em pânico diante dessa possibilidade. E os governos são sensíveis a isso", afirmou a fonte.

Além de trocar informações e pesar as implicações dos últimos acontecimentos no Brasil, os representantes dos credores oficiais deverão, em sua reunião de hoje, discutir duas idéias para superar o impasse entre Brasília e o Clube de Paris em relação à questão do monitoramento. Ambassadas variações em torno do artigo 4º do convênio constitutivo do FMI, que prevê uma visita de consulta anual dos economistas da instituição a cada país-membro e é considerado pelo governo brasileiro o máximo de fiscalização do FMI que o País está disposto a aceitar.

FIXAÇÃO DE METAS TRIMESTRAIS

A primeira idéia implicaria a fixação, pelo próprio governo brasileiro, de metas trimestrais para vários indicadores econômicos. A verificação do cumprimento dessas metas ficaria por conta do próprio governo brasileiro, que comunicaria regularmente os resultados à comunidade internacional. A fórmula é uma variação, substancialmente aguada, do esquema de monitoramento que a Colômbia aceitou no ano passado.

"Trata-se de um esquema de automonitoramento", disse a fonte. De acordo com declarações feitas pelo presidente colombiano, Virgílio Barco, durante a última reunião anual do FMI e do Banco Mundial (BIRD),

esse esquema de monitoramento "não serviu para nada" e não será renovado depois de expirar seu prazo de vigência, neste mês.

Sintomaticamente, o Clube de Paris discutirá, junto com as possíveis propostas de acompanhamento da economia brasileira, novas modalidades de monitoramento da economia colombiana.

"EMPRESTIMOS DE AJUSTAMENTO"

A segunda idéia em estudo prevê um envolvimento mais pesado do BIRD e passaria pela concessão, pelo banco, de um "empréstimo de ajustamento estrutural" da economia brasileira ou algo parecido.

Em troca, o banco, que é no momento a única fonte de recursos externos líquidos para o País, passaria a ter uma função mais evidente na avaliação da "performance" econômica do País. Em princípio, essa hipótese poderá ser considerada mais atraente pelo governo brasileiro, uma vez que o País já é o principal cliente do BIRD e aceitou condicionais do banco para obter empréstimos de reforma dos setores elétrico e agrícola, de US\$ 500 milhões cada um, aprovados em junho último.

Além disso, o Brasil está negociando neste momento um plano econômico de médio prazo com a instituição. Há, ainda, a favor dessa idéia uma importante questão de ordem prática: a menos que o BIRD venha a aceitar um inédito reescalonamento das amortizações que o Brasil lhe paga por empréstimos passados, o País terá de, a partir de agora, obter um aumento substancial do volume de financiamentos do BIRD.

Caso contrário, passará a pagar mais em juros e principal do que recebe em desembolsos da instituição.

Essa segunda idéia é, segundo a fonte, aceitável para a maioria dos bancos europeus e japoneses. "Já os americanos e ingleses não gostariam de ver o papel do FMI diminuído e preferiam a primeira alternativa", afirmou a fonte.

Clube de Paris discute hoje o Brasil

- 2 DEZ 1986

GAZETA MERCANTIL

por Paulo Sotero
de Washington

Os representantes dos governos credores do Brasil, que se reúnem no chamado Clube de Paris, encontram-se hoje na capital francesa para avaliar a complexa e delicada situação surgida no País nas duas últimas semanas. De volta dos feriados do "Thanksgiving Day", os executivos dos grandes bancos comerciais americanos, que detêm cerca de 40% da dívida privada brasileira, também estão empenhados, desde ontem, no exame da nova mistura política criada no País pela combinação da vitória estrondosa do PMDB nas urnas, no último dia 15, com a rápida deterioração das contas externas do País e a reação extremamente desfavorável suscitada pelas medidas de austeridade decretadas pelo governo no dia 21 de novembro.

Memorandos internos que circularam ontem em alguns bancos chamavam a atenção para a súbita perda de espaço político do presidente José Sarney, dramatizada pelo pedido de demissão, recusado, do ministro da Fazenda, Dilsom Funaro.

"Estou espantado com a velocidade com que a hipótese de uma moratória ganhou as primeiras páginas", comentou um executivo do escalão médio de um grande banco de Nova York, depois de ler os jornais brasileiros da semana passada. "Acabo de ler os jornais e fiquei com a impressão de que a situação é menos dramática do que parecia inicialmente", afirmou um outro banqueiro, do escalão superior de

um outro grande banco nova-iorquino, procurando demonstrar tranquilidade.

Contudo, o mesmo banqueiro talvez tenha revelado seu verdadeiro estado de espírito ao falar sobre as chances de, à luz da nova conjuntura interna no Brasil, o País obter dos países industrializados a renegociação da dívida oficial que lhe foi até agora recusada — e que há praticamente um ano bloqueia um reescalonamento plurianual da dívida com os credores privados. "Acho que não vai haver nenhum problema. Eles vão encontrar um jeito", previu o banqueiro, referindo-se à reunião que os credores oficiais têm marcada para o dia 15 deste mês para reconsiderar o pedido de reescalonamento feito pelo governo brasileiro.

A avaliação que o Clube de Paris fará hoje será crucial para a reunião do dia 15, disse a este jornal uma fonte europeia bem informada. Confirmando impressões colhidas nos últimos dias junto a banqueiros americanos e representantes categorizados do governo brasileiro, a fonte adiantou que existe neste momento uma predisposição para se encontrar uma

(Continua na página 21)